

Internamentos de jovens em centros especializados atingem máximos em 2023

written by O Cidadão | 20 de Novembro, 2025



A proporção de jovens internados em centros educativos abrangidos pelo **Sistema de Promoção e Proteção** atingiu em **2023 o valor mais alto de sempre**, chegando aos 90%, contra 63% registados em 2016, foi anunciado esta quinta-feira.

O mais recente relatório do **Mecanismo Nacional de Prevenção (MNP)**, integrado na **Provedoria de Justiça**, mostra um aumento significativo de jovens que antes de ingressarem nos centros educativos, foram afetados por medidas do Sistema de Promoção e Proteção, sobretudo por unidades residenciais especializadas.

Segundo o **“Relatório Temático sobre Acolhimento Especializado de Crianças e Jovens – 2025”** – divulgado esta quinta-feira, Dia Universal dos Direitos da Criança – **entre 2016 e 2021 a percentagem de jovens nesta situação subiu de 63% para entre**

78% e 82%.

Depois de uma quebra relacionada com a pandemia de covid-19, a tendência voltou a subir, atingindo um novo máximo de **90% em dezembro de 2023.**

Embora representem apenas cerca de 1% do total dos **5.605 jovens acolhidos em contexto residencial**, os casos acompanhados pelas cinco unidades especializadas existentes no país concentram situações de maior **vulnerabilidade, com quadros de saúde mental complexos e histórias de violência doméstica ou negligência.**

Nas unidades residenciais especializadas de Lisboa, Montemor-o-Novo, Coimbra, Porto e Gondomar visitadas para efeitos do relatório, o MNP identificou um total de **61 jovens, com idades entre os 12 e os 25 anos.**

A maioria dos jovens acolhidos foram **raparigas (41)** e 10 apresentavam quadros de saúde mental considerados **“muito complexos”**. Foram ainda identificados oito casos com perfil associado a comportamentos agressivos.

O acolhimento prolongado para além dos 18 anos, devido à ausência de suporte familiar ou a patologias severas, foi identificado em 10% dos casos analisados – seis jovens.

Entre os fatores destacados para o aumento dos números estão as falhas na articulação interinstitucional, comprometendo a **“efetividade das medidas de promoção e proteção”** de crianças e jovens, expondo-os **“a riscos acrescidos”**.

O MNP observou que alguns jovens, após cumprirem medidas em centros educativos, regressam a soluções institucionais por falta de alternativas e apoio familiar, lembrando que **“o acolhimento deve ser sempre uma medida de último recurso”**.

Face ao agravamento da situação, o relatório apresenta **19 recomendações estratégicas** para reforçar a articulação entre o

sistema de promoção e proteção e o sistema tutelar educativo, assim como garantir respostas integradas nas áreas da Segurança Social, Saúde, Justiça e Educação.

O documento destaca o **reforço da colaboração entre sistemas de justiça juvenil, promoção e proteção e saúde, bem como o aumento de respostas especializadas em saúde mental e apoio familiar para jovens em situação de risco.**

A análise destes percursos mostra que a trajetória institucional tende a repetir-se entre os jovens mais vulneráveis, salientando a **urgência de políticas integradas que travem o ciclo de exclusão social e garantam respostas mais eficazes ao nível do acolhimento e da reintegração.**

O **“Relatório Temático sobre Acolhimento Especializado de Crianças e Jovens – 2025”** é apresentado quase um ano depois de o MNP ter iniciado visitas, pela primeira vez, às cinco unidades residenciais do país dedicadas a crianças e jovens com necessidades educativas e terapêuticas intensivas.

O trabalho de campo começou em dezembro de 2024, incidindo numa análise aprofundada da realidade vivida nestas estruturas e visando identificar desafios e oportunidades para melhorar a resposta a estes casos de particular complexidade.

Além das visitas, foram também realizadas três reuniões de trabalho entre o MNP e o Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social (ISS).

OC/MP